

Rodrigo Alberto
Toledo
Orientadora:
Profa. Dra. Maria Teresa
Miceli Kerbauy

C ONTRIBUIÇÕES DE ANHAIA MELLO AO URBANISMO PAULISTANO: DE EBENEZER HOWARD À ESCOLA DE CHICAGO

086

pós-

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo elaborar um painel analítico das principais contribuições e interpretações de Anhaia Melo sobre a problemática do crescimento das cidades, para o urbanismo paulistano. A partir de amplo levantamento bibliográfico, o artigo pretende apontar como se deu a transposição de concepções urbanísticas para o meio acadêmico e, ao mesmo tempo, jurídico-normativo da cidade de São Paulo, resultando na propositura de arcabouço regulador do uso e da ocupação do solo, cristalizado em “O Plano Regional de São Paulo”. Acessamos o acervo da biblioteca da FAUUSP, com a finalidade de selecionar documentos, e o acervo da família de Anhaia Mello, com o objetivo de reconstruir a trajetória intelectual e profissional do urbanista e catedrático. A sistematização dos dados coletados nesses acervos, confrontados com o levantamento bibliográfico, foi fundamental para a reconstrução das reflexões de Anhaia Mello acerca dos rumos que deveria tomar o desenvolvimento da malha urbana da cidade de São Paulo de meados do século 20. Tendo como fio condutor as análises produzidas por Anhaia Mello, foi possível identificar a cristalização de uma proposta urbanística para a cidade, que apostava na reversão do ciclo metropolitano, por meio da contenção do crescimento urbano, via aplicação da concepção teórica da cidade-jardim, das propostas de Le Corbusier e da Escola de Chicago.

PALAVRAS-CHAVE

Pensamento urbano, desenvolvimento urbano, Plano Diretor, políticas públicas, cidade-jardim, Le Corbusier, Escola de Chicago, São Paulo, planejamento territorial urbano.

CONTRIBUCIONES DE ANHAIA MELLO
AL URBANISMO PAULISTANO: DE
EBENEZER HOWARD A LA ESCUELA DE
CHICAGO

pós- | 087

RESUMEN

El objetivo de este artículo es elaborar un cuadro analítico de las principales contribuciones e interpretaciones de Anhaia Mello sobre la problemática del crecimiento de las ciudades, para el urbanismo paulistano. A partir de una amplia recopilación bibliográfica, el artículo pretende mostrar como se dio la transposición de concepciones urbanísticas para el contexto académico y también jurídico-normativo de la ciudad de São Paulo, resultando en la proposición de estructura reguladora del uso y la ocupación del suelo, cristalizado en “El Plan Regional de São Paulo”. Accedemos al acervo de la biblioteca de la FAUUSP, con la finalidad de seleccionar documentos, y al acervo de la familia de Anhaia Mello, con el objetivo de reconstruir la trayectoria intelectual y profesional del urbanista y catedrático. La sistematización de los datos recogidos en esos acervos, confrontados con la recopilación bibliográfica, fue fundamental para la reconstrucción de las reflexiones de Anhaia Mello respecto a los rumbos que debería seguir el desarrollo del perímetro urbano de la ciudad de São Paulo de los mediados del siglo 20. Teniendo como hilo conductor los análisis producidos por Anhaia Mello, fue posible identificar la cristalización de una propuesta urbanística para la ciudad, que creía en la reversión del ciclo metropolitano, a través de la contención del crecimiento urbano, por medio de la aplicación de la concepción teórica de la ciudad-jardín, de las propuestas de Le Corbusier y de la Escuela de Chicago.

PALABRAS CLAVE

Pensamiento urbano, desarrollo urbano, Plan Director, políticas públicas, ciudad-jardín, Le Corbusier, Escuela de Chicago, São Paulo, la planificación territorial urbana.

ANHAIA MELLO'S CONTRIBUTIONS TO
 URBANISM OF THE CITY OF SÃO PAULO: FROM
 EBENEZER HOWARD TO THE CHICAGO
 SCHOOL

ABSTRACT

This article draws an analytical panel of the main contributions and interpretations of Anhaia Mello about the problem of growing cities from the perspective of urbanism in the city of São Paulo. Based on a broad review of the literature, this article describes how urban planning migrated to academia and simultaneously to city ordinances, which resulted in the regulatory framework of land use and occupancy that ultimately produced "The Regional São Paulo Plan." Research in the FAU-USP library revealed family documents and collections that helped reconstruct the intellectual history and career of urban planner and professor Anhaia Mello. The author of this paper organized the data gathered from these collections and compared them to the literature to reconstruct Anhaia Mello's thoughts on how the city of São Paulo should grow in the mid-20th century. The analyses produced by Anhaia Mello served as a guide to identify the crystallization of a planning proposal for the city, which believed in reversing the metropolitan cycle and containing urban growth by applying the garden-city concept defended by Le Corbusier and the Chicago school.

KEY WORDS

Urban thinking, urban development master plan, public policies, Garden City, Le Corbusier, Chicago School, São Paulo, urban planning.

INTRODUÇÃO

Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello, aqui denominado como Anhaia Mello, era engenheiro civil. Formado no Rio de Janeiro em 1875, trabalhou por curto tempo na Cia. Mogiana e estudou Instalações Industriais nos Estados Unidos e na Europa. Retornando ao Brasil, assumiu a direção da Anhaia Fabril, uma das primeiras tecelagens do Brasil, fundada por seu pai em 1869, em Itu, e cuja filial em São Paulo ficava na Rua Anhaia¹. Seu pai, Luiz de Anhaia Mello, foi um dos organizadores da Escola Politécnica em 1893, sendo seu vice-diretor e catedrático de Mecânica Racional.

Anhaia Mello entrou diretamente para o primeiro ano do curso geral da Politécnica em 1909; tendo concluído o segundo ano do curso de engenheiro-arquiteto em 1913, prestou os exames vagos das cadeiras do terceiro ano e diplomou-se, ainda em 1913, após uma permanência de apenas quatro anos na escola. Filho de grande amigo de Francisco de Paula Ramos de Azevedo e seu aluno direto, recém-formado, entrou para a F. P. Ramos de Azevedo & Cia². Na mesma época, iniciou atividades na Cia. Iniciadora Predial, financiadora e construtora fundada em 1908 por Ramos de Azevedo e sócios, que então executava um grande número de residências na cidade de São Paulo³.

A principal atividade profissional particular de Anhaia Mello foi desenvolvida na Iniciadora Predial, onde permaneceu como diretor até sua dissolução, em 1964. Dirigiu também a Cia. Cerâmica Villa Prudente, outra empresa de Ramos de Azevedo, fundada em 1910. Além dessa participação administrativa em empresas organizadas por Ramos de Azevedo, dedicou-se à arquitetura. Realizou algumas casas, entre as quais sua própria residência, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, esquina com Alameda Itu, e algumas obras religiosas, como o Colégio e Igreja São Luiz, na Avenida Paulista; a Igreja do Espírito Santo, na Rua Frei Caneca, e a Matriz da Mooca, demonstrando sempre preferência pelo estilo classicista⁴. Como consultor do escritório de Miguel Badra Jr., participou, em 1973, do projeto da Marina Canal e da elaboração do Plano Diretor do Guarujá⁵.

Em 1917, concorrendo com Alexandre Albuquerque, Bruno Simões Magno e Francisco Tito de Souza Reis, prestou concurso para o preenchimento da vaga de docente substituto da 4ª Cátedra de Artes da Politécnica, sendo aprovado em segundo lugar.

Em 1918, assumiu como substituto; foi nomeado em outubro de 1919 e efetivado em outubro de 1922. De maio de 1922 a fevereiro de 1923, foi interino de Ramos de Azevedo nas cadeiras de Arquitetura Civil e Higiene das Habitações, e Composição Geral (Habitações), ministradas, respectivamente, no 1º e 2º anos do curso de engenheiro-arquiteto; de fevereiro a agosto de 1924, foi interino de Alcides Martins Barbosa, na cadeira de Aplicações de Geometria Descritiva, Geometria Projetiva, ministrada no 1º ano do curso geral.

Quanto a sua atuação na Politécnica, de julho a novembro de 1926, foi novamente interino de Ramos de Azevedo e, em julho de 1928, foi empossado vice-diretor. Porém estava começando um momento politicamente agitado em sua carreira. Membro do Partido Democrata e, portanto, politicamente identificado com

¹ ANUÁRIO DA ESCOLA POLITÉCNICA DE SÃO PAULO. São Paulo: Diário Oficial, 1900. p. 379-380; GAMA, R. Preservação e memória ferroviária, reciclagem e restauração. In: Simposio Nacional de Transporte Ferroviário, 1., 1988 São Paulo. *Anais...* São Paulo: Instituto Ferroviário de Estudos Avançados, 1988, p. 153.

² GUIMARÃES, Gonçalo. *Uma cidade para todos: O plano diretor do município de Angra dos Reis*, Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 186.

³ SILVEIRA, Antenor. A habitação econômica na higiene pessoal. *Revista do Arquivo Municipal* n. 82, p.16, 1941.

⁴ MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuições à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 6.

⁵ BADRA JUNIOR, Miguel. *Notas à teoria da Arquitetura*. São Paulo: Anhembi, 1959.

o grupo vencedor da Revolução de Outubro de 1930, logo após a instauração do governo provisório do interventor João Alberto Lins de Barros (25 novembro de 1930 – 25 de julho de 1931), assumiu a direção da Politécnica, que deixou em seguida, em 6 de dezembro, para assumir a Prefeitura Municipal de São Paulo. Durante sua gestão, seria alvo de manifestação de estudantes da Politécnica, contrários à sua participação em um governo repudiado pela população paulista⁶.

Como prefeito, tentou aplicar algumas de suas ideias urbanísticas, entre as quais a de que São Paulo não deveria se expandir indefinidamente, tese defendida desde 1920. Por meio do Ato nº 21, de 17 de dezembro de 1930, tratou de reeditar a Lei nº 2.611, de 1923, sobre a responsabilidade do proprietário do terreno urbano no custeio da pavimentação. Com o Ato nº 25, de 23 de dezembro de 1930, introduziu algumas modificações no código Arthur Saboya (LEI nº 3.427, de 19 de novembro de 1929), como a determinação de aproveitamento da área de terrenos, com o objetivo de limitar o adensamento na ocupação do solo urbano. Essas medidas foram ainda mais detalhadas e ampliadas pelo Ato nº 129, de 21 de março de 1931. Com o Ato nº 32, de 27 de dezembro de 1930, instituiu a Comissão Municipal de Serviços de Utilidade Pública, incumbida da fiscalização das empresas concessionárias dos serviços de telefone, luz, força e transporte, segundo a proposta que defendera em regulamentação dos serviços de utilidade pública.

A análise do percurso profissional-acadêmico de Anhaia Mello revela que o acirrado espaço de atuação em que ele estava inserido foi fundamental para a consolidação de uma série de propostas urbanas. O presente artigo pretende focalizar a proposta considerada por Anhaia Mello como uma contribuição da universidade para o estudo de ocupação lícita do solo paulistano, “O Plano Regional de São Paulo” (1956).

“O Plano Regional de São Paulo” é, sobretudo, uma carta de princípios, um manifesto baseado em inúmeras citações de urbanistas, sociólogos, geógrafos, filósofos e políticos consagrados. Pretendemos sistematizar as contribuições de Anhaia Mello ao urbanismo paulistano, a partir de dois enfoques: os referenciais urbanísticos – a cidade-jardim de E. Howard, as propostas de Le Corbusier e as interpretações da Escola de Chicago - e as principais propostas de “O Plano Regional de São Paulo”.

Na primeira seção, **O Plano Regional de São Paulo: uma Carta de Princípios de Anhaia Mello**, pretendemos explicitar o percurso reflexivo de Anhaia Mello na elaboração do documento foco desse artigo: O Plano Regional de São Paulo. Serão apresentados os principais dados econômicos e demográficos e as propostas urbanísticas utilizadas por Anhaia Mello na fundamentação de sua concepção de desenvolvimento da malha urbana. Essas propostas urbanísticas forneceram lastro suficiente para que Anhaia Mello sustentasse suas críticas aos urbanistas desenvolvimentistas modernistas, ou seja, às propostas de desenvolvimento urbano desprovidas de qualquer regulamentação.

Em **Contenção e retração do crescimento urbano: a descongestão da metrópole**, nossa segunda seção, apresentamos o centro do debate proposto por Anhaia Mello: como organizar uma metrópole dentro do “subdesenvolvimento”. Aqui ficarão claras as principais balizas do esquema de Anhaia Mello: contenção e retração, para descongestionar a metrópole, via regulamentação da ocupação lícita do solo urbano.

O PLANO REGIONAL DE SÃO PAULO: UMA CARTA DE PRINCÍPIOS DE ANHAIA MELLO

Nosso ponto de partida para a análise das principais contribuições de Anhaia Mello para o desenvolvimento de um urbanismo paulistano será a carta de princípios “O Plano Regional de São Paulo”, dirigida ao estudo de um “Código de Ocupação Lícita do Solo” do ano de 1956. O objetivo de Anhaia Mello, com essa proposta, era o de produzir um manifesto baseado em inúmeras citações de urbanistas, sociólogos, geógrafos, filósofos e políticos consagrados. Ele parte das observações produzidas no seminário “Arquitetos”, realizado na Grécia em 1954, em que, segundo seu depoimento, reafirmou-se o princípio da Carta de Atenas de 1933: os planos locais devem estar conectados a um plano regional. A Carta de Atenas foi um produto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado na cidade de Atenas, no ano de 1933. Naquele momento, concluíram que uma aglomeração constitui o núcleo vital de uma extensão geográfica cujo limite é definido pela zona de influência de uma outra aglomeração, ou seja,

*Suas condições vitais são determinadas pelas vias de comunicação que asseguram suas trocas e ligam-se intimamente à sua zona particular. Só se pode enfrentar um problema urbanístico referenciando-se constantemente aos elementos constitutivos da região, principalmente, a sua geografia, chamada a desempenhar um papel determinante nessa questão: linhas de divisão de águas, morros vizinhos desenhando um contorno natural confirmado pelas vias de circulação, naturalmente inscritas no solo. Nenhuma atuação pode ser considerada, se não se liga ao destino harmonioso da região. O plano da cidade é só um dos elementos do todo constituído pelo plano regional.*⁷ (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 10)

Em “O Plano Regional de São Paulo”, Anhaia Mello reproduz parte do documento produzido no encontro internacional, transcrevendo-o diretamente em francês:

*Il est souhaitable, pour les pays qui se trouvent en plein développement que l'étude des problèmes spéciaux d'une ville ou d'une agglomération, procède toujours à la suite d'une conception plus générale: c'est à dire que l'étude de l'aménagement régional fournira le plan directeur, suivant les études spéciales des agglomérations de cette région.*⁸ (MELLO, 1956, p. 9)

Contudo, Anhaia Mello ocupava-se, inicialmente, com o que ele denominava de Plano Nacional. Sua principal meta era a harmonização dos cinco planos regionais, das cinco regiões geoeconômicas do país: Norte, Sul, Leste, Nordeste e Centro-Oeste. A autoridade responsável pela organização de um plano regional seria, obrigatoriamente, a federal. No entanto, Anhaia Mello recomendava a criação de um órgão sem atribuições administrativas, idêntico ao norte-americano *Nacional Plane Bureau (NPB)*, criado no governo Roosevelt⁹. Este seria constituído por sete membros, um representante de cada região geoeconômica, e mais dois, escolhidos diretamente pelo Presidente da República. A tarefa do Conselho Nacional de Urbanismo deveria ser a de coordenar, dar sequência, facilitar a cooperação e correlacionar esforços nos planos federal, estadual e municipal.

⁷ CARTA DE ATENAS. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br>> pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Acesso em: 02 de março de 2011.

⁸ Tradução livre: “É desejável para os países que se encontram em pleno desenvolvimento que os estudos dos problemas específicos de uma cidade ou de uma aglomeração sejam sempre de acordo com uma concepção mais geral: ou seja, que o estudo da organização regional forneça o plano diretor, segundo os estudos específicos dessa região”.

⁹ Em 1933, o Ministério do Interior dos Estados Unidos criou o que chamou de Conselho Nacional de Urbanismo (CNU), que se destinava a planejar ações de obras públicas para os projetos da era da Depressão, como parte do *New Deal*.

¹⁰ CARTA de Princípios de Luiz de Anhaia Mello. *O Plano Regional de São Paulo*, 1954, p. 10.

¹¹ *Ibid.*, p. 10

Seria também atribuição do CNU compatibilizar e opinar sobre os planos setoriais e as porcentagens da receita tributária reservadas pela União para esses planos.

No entanto, a simples transposição, para a realidade brasileira, dessa estrutura organizacional administrativa do governo norte-americano, voltada para o planejamento urbano nacional, não seria tão simples. Segundo Anhaia Mello, no Brasil, o maior desequilíbrio estrutural dizia respeito aos resultados do censo demográfico de 1950, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse censo, foram revelados dados importantes sobre o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, cujas informações foram transcritas para a *Carta de Princípios* de Anhaia Mello

*Rio-São Paulo representam apenas 3,4% da área do território nacional; entretanto aí se encontram 68% da produção industrial brasileira; 70% do potencial de energia elétrica instalada, 58% dos operários empregados na indústria.*¹⁰ (MELLO, 1954, p. 10)

Estes números, que apontavam, já em 1950, para a formação do primeiro macroeixo econômico do Brasil, com duas megalópoles nos polos extremos, foram diagnosticados pelo Plano Regional como uma *anomalia*, pois o mesmo censo de 1950 também apontava um país rural.

*[...] com uma população de 51.944.397 habitantes, sendo 33.161.506 habitantes rurais (64% da população) e 18.728.891 habitantes urbanos (36%), a sua distribuição no território nacional é [considerada por Anhaia Mello] extremamente preocupante.*¹¹ (MELLO, 1954, p. 10)

As constatações de Anhaia Mello se baseiam na tabela transcrita de sua proposta de “O Plano Regional de São Paulo”, Tabela 1, Brasil – distribuição habitacional no território em 1950.

Como podemos constatar na Tabela 1: Brasil – distribuição habitacional no território em 1950, o desequilíbrio é manifesto. Anhaia Mello aspirava mudar este quadro. Não identificamos, no entanto, em sua proposta de Plano Regional, um encaminhamento claro para solucionar esse problema.

Economicamente, a hegemonia de São Paulo pode ser facilmente

Tabela 1: Brasil - distribuição habitacional no território em 1950.

Região	Superfície 1.000 Km ²	Habitante por km ²
Brasil	8.464	6,14
Norte	3.540	0,52
Maranhão	332	4,77
Piauí	249	4,19
Bahia	563	8,58
Minas Gerais	581	13,28
São Paulo	247	36,00
Rio de Janeiro	41	55,00

Fonte: Censo demográfico de 1950, IBGE. Tabela extraída do “O Plano Regional de São Paulo” de Anhaia Mello, 1954, p. 10.

comprovada por dados estatísticos. Concentrando 36,40% do PIB nacional, o estado paulista era o segundo mais populoso do país – 9.134.423 hab. (ou 17,58% do total nacional, que era de 51.944.397 hab.), com densidade demográfica de 36,95 hab/km². Concentrando 20,06% da população economicamente ativa do país (PEA), sua organização setorial do emprego era a mais aprimorada, entre os entes da federação: reunia 43% da PEA no setor primário, 23,30% no setor secundário, e 33,20% no setor terciário (dados do IBGE, citados em CANO, 1988, p. 22).

Segundo Selingardi-Sampaio (2009), São Paulo

Era, também, o estado mais industrializado, por concentrar 27,09% dos estabelecimentos industriais do país, 45,09% do total de operários e 46,62% do valor da produção industrial nacional (contra 75,40% de toda a região Leste). No total das exportações brasileiras, a parcela de São Paulo representava 49,40%, e tal participação mantinha-se quase inalterada desde 1920, sendo os principais produtos exportados café, algodão (em rama e linters), banana, laranja. Para outros estados brasileiros, enviava calçados, câmaras de ar, ferro em barras, máquinas e aparelhos elétricos, papel, produtos químicos e farmacêuticos, tecidos de nylon e algodão. (STZER, 1954, p. 19 e 33 *apud* SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 99).

¹² CARTA de Princípios de Luiz de Anhaia Mello. *O Plano Regional de São Paulo*, 1954, p. 14.

¹³ *Ibid.*, p. 14.

Para Anhaia Mello, a enorme concentração industrial em São Paulo, além de provocar um desequilíbrio com relação aos outros entes federativos, promovia o inchaço desordenado da metrópole paulista.

Com relação à distribuição dos tributos gerados pela federação, já em 1954, Anhaia Mello havia percebido com clareza a artificialidade da autonomia municipal, conforme podemos observar na Tabela 2: Brasil - distribuição geral dos tributos em 1951. Nesse sentido, ele encaminha proposta de reforma constitucional, no sentido de que se fizesse “uma diferente discriminação de receitas, na qual o Município seria aquinhado na proporção de suas responsabilidades”¹².

Passando, agora, para a esfera estadual, o autor faz sua primeira incursão no assunto mais polêmico de sua proposta de “O Plano Regional de São Paulo”. Segundo Anhaia Melo, “[...] a tese da limitação do crescimento é incontestável. *Desagrada a muita gente, porque põe termo a muita exploração imobiliária, a muita fortuna fácil – mas sociedade é uma organização sob uma autoridade*¹³”.

A tese da limitação do crescimento representava, em 1954, uma verdadeira

Tabela 2: Brasil - distribuição geral dos tributos em 1951

Ente federativo	Porcentagem
União	51,67
Estados	36,95
Municípios	11,38

Fonte: Censo demográfico de 1950, IBGE. Tabela extraída de “O Plano Regional de São Paulo” de Anhaia Mello, 1954, p. 12.

provocação, pois ser uma das cidades que mais crescem no mundo era mais que um lema, era uma meta a ser sustentada e ampliada pelas administrações municipais paulistanas da época. A despeito de a proposição de Anhaia Mello ter ganhado alguns adeptos, lançou uma nuvem escura sobre as vantagens constantemente alardeadas do crescimento sem limites.

“O Plano Regional de São Paulo” ainda propunha: 1) elaboração do Plano Estadual; 2) obrigatoriedade de organização de planos para os municípios, a partir de um determinado nível de população; 3) criação do Conselho Estadual de Urbanismo (CEU). Para lidar com os problemas comuns aos municípios, propunha-se a criação da Comissão do Plano da Região Industrial de São Paulo (Coprisp). A atribuição nuclear desta comissão tinha por objetivo controlar o crescimento dos municípios. Segundo proposta de “O Plano Regional de São Paulo”, a Coprisp teria a função de: a) proibir novas indústrias no Município da Capital; b) incentivar seu estabelecimento em outros municípios; c) melhorar as condições das pequenas cidades; d) fundar novos núcleos do tipo cidade-jardim; e) criar *trading-states*.¹⁴

Além de uma clara política de reforço das cidades pequenas e médias, em detrimento do crescimento sem controle da metrópole, Anhaia Mello empunhava a bandeira da descentralização industrial.

Segundo Mello (1954),

[...] não é possível adiar a eclosão de uma campanha em prol da descentralização da indústria no Brasil na qual se empenham as classes produtoras e os poderes governamentais do Município, do Estado e da União. A descentralização proporcionará melhor proteção ao parque industrial na eventualidade de uma guerra. Significará o descongestionamento das metrópoles com a consequente suavização das agitações sociais que fervem em decorrência das inúmeras aflições que torturam os seus habitantes. (MELLO, 1954, p. 21).

A despeito da ingenuidade de Anhaia Mello sobre as origens dos conflitos sociais, os demais pontos apresentados revelavam sua perfeita sintonia com as correntes urbanísticas europeias. As cidades novas inglesas, da primeira geração de urbanistas – Harlow, Stevenage, Hemel Hempstead, Basildon -, ditavam as regras: população controlada em torno de um número considerado ótimo; crescimento sob a égide de um plano; e setor industrial circunscrito.

Ao tecer suas recomendações sobre a esfera municipal, Mello (1954) confirmava as disposições anteriores, elaboradas pela primeira geração de urbanistas ingleses:

1. limitar o crescimento da conurbe paulistana; 2. rearticular a população da conurbe com as respectivas atividades, relacionando de novo “folk, work and place” e reequilibrando as quatro funções: residência, trabalho, recreio e circulação, e os dois ritmos – o humano (4 km) e o mecânico (100 km), ou o cotidiano e o intermitente; 3. regular e limitar o crescimento de todas as cidades e vilas da área regional. As maiores, como Santos, Campinas e Santo André, devem estacionar, melhorar o standard de vida, em vez de crescer mais; 4. criar novas cidades tipo cidade-jardim em sítios a determinar; 5. criar trading-estates; 6.

¹⁵ Tradução livre: 1. Deve-se, antes de mais nada, dar uma escala sensível aos planos: a hora da caminhada revela melhor o emprego do sol que as escalas numéricas abstratas; 2. Satisfazer à reivindicação: sol, espaço, vegetação; 3. Determinar a relação da superfície construída e da superfície livre; 4. Ditar as densidades que determinaram o uso e a qualidade das zonas construídas; 5. Admitir o limite do perímetro máximo da cidade; 6. Preparar a absorção progressiva dos resíduos parasitas e doenças urbanas: as periferias (ou, para colocar o peso social pejorativo que os franceses imputam aos *banlieues*, uma boa tradução seria subúrbios).

¹⁶ Lewis Mumford nasceu em Nova York. Estudou no City College nova-iorquino e na New School for Social Research. Colaborou em publicações, e seus primeiros textos publicados, tanto em jornais quanto em livros, firmaram sua reputação como escritor interessado pelas questões urbanas. Desde a estreia, porém, com “A História da Utopia” (1922), sempre situou seus comentários num contexto amplo, que incluía a literatura, a arte e a ação comunitária como meio para aprimorar a qualidade de vida. Em outras obras (1934-1941), Mumford advertiu que a sociedade tecnológica deveria entrar em harmonia com o desenvolvimento pessoal e as aspirações culturais regionais. Depois de 1942, lecionou ciências humanas e planejamento urbano e regional em várias universidades americanas. Fonte: biblioteca virtual Lewis Mumford. Disponível em: <http://library.monmouth.edu>. Acesso em: 03 de março de 2011.

reorganizar técnica, econômica e espiritualmente toda a área rural da região; 7. conservar o primeiro, tornando-o acessível para o recreio e comunhão com a natureza, revigoração físico e espiritual das populações regionais. (MELLO, 1954, p. 23).

As reflexões de Anhaia Mello sobre a cidade deixam claro seu compromisso com a cidade existente. Suas recomendações apontam constantemente para a limitação forçada de seu crescimento, por meio de fatos exteriores de planejamento orgânico e criador. O ciclo de crescimento das cidades, segundo Anhaia Mello, pode ser revertido, recorrendo-se à concepção regionalista de desenvolvimento e à polinucleação. No entanto, ele aponta que a cidade da “era biotécnica” é, antes de tudo, uma cidade regida por normas precisas e democráticas, pois “[...] não se pode ocupar o solo de um país sem regra. É preciso estabelecer um Estatuto do Terreno (grifo nosso) ou Código de Ocupação Lícita do Solo”. (MELLO, 1954, p. 37).

As denominadas boas regras de ocupação do solo são retiradas, por Anhaia Mello, direta e literalmente do texto *Propos D’Urbanisme*, de Le Corbusier, citado em francês:

*1. Il faut, tout d’abord, donner une échelle sensible aux plans: l’heure de marche à pied révèle mieux l’emploi du sol que les échelles numériques abstraites; 2. Satisfaire à la revendication: soleil, espace, verdure; 3. Fixer le rapport de la surface bâtie à la surface libre; 4. Dicter les densités qui détermineront l’usage et la qualité des zones bâties (IFS); 5. Admettre la limitation du périmètre maximum de la ville; 6. Préparer la reabsorption progressive des résidus parasites et maladies des villes: les banlieues*¹⁵. (MELLO, 1954, p. 37)

De todos os pontos apresentados e chancelados por Anhaia Mello, somente o de número cinco revela uma preocupação com a cidade existente, na medida em que propõe a limitação de um perímetro máximo para as cidades. Anhaia Mello, citando L. Mumford, é categórico: “[...] novas cidades e diferentes deverão ser criadas por uma geração mais decidida e mais humana, menos fascinada pelos falsos deuses das finanças”¹⁶.

As novas cidades, assim, deveriam possuir um desenho que respeitasse pelo menos três quesitos: 1. A cinta verde, para limitação da extensão da cidade e abastecimento de *fresh food*; 2. A superquadra, que permite a convivência pacífica do automóvel e; 3. A unidade de vizinhança, que permite a rearticulação social e comunitária das urbes. (MELLO, 1954, p. 38).

Considera-se que o conceito de Unidade de Vizinhança (UV) foi formulado originalmente por Clarence Arthur Perry, no contexto do plano de Nova York de 1929. Perry (1929) pensa a UV como uma unidade pertencente a um conjunto maior – a cidade. Entretanto não se observa, em sua concepção, preceitos de transformação de ordem estética do meio urbano, mas tão somente de ordem funcional. As transformações físicas ocorreriam basicamente no sistema viário e na localização dos equipamentos, sem grandes alterações no sistema de parcelamento dos lotes residenciais.

Para Lamparelli (1994), o processo de transposição de experiências e

ideias surgidas em outros contextos acontece da seguinte maneira: primeiro, pela importação direta de métodos, práticas e profissionais de outros países; segundo, pela transposição difusa, que se processa pela absorção de ideias, teorias, métodos e soluções, captados por pessoas e instituições que exercem influência dispersa e incremental, e, por último, pelo surgimento de situações problemáticas inéditas, que exigem soluções a partir do confronto de paradigmas concorrentes. Lamparelli (1994) supõe que o processo de introdução das ideias de UV no Brasil, pelos menos inicialmente, exemplifica a segunda maneira de transposição sugerida. A concepção de UV que Lúcio Costa engendra, como meio de estruturar o setor habitacional de Brasília, não passa ao largo dessas preocupações, embora apresente peculiaridades, como, por exemplo, o fato de ser fracionada em quatro superquadras. Organizadas com certas condições de autossuficiência de equipamentos, cada superquadra incluiria uma escola primária e um certo número de estabelecimentos comerciais de nível local nas vias de acesso, voltados para o interior da superquadra. Tal como na concepção clássica, há uma nítida preocupação com a distribuição dos equipamentos de consumo coletivo, sendo a área residencial pensada em termos de autossuficiência.

Além de apostar na superquadra e na unidade de vizinhança, Anhaia Mello, seguindo as teses do urbanista inglês Ebenezer Howard (1850-1928), afirmava ser fundamental que a terra fosse mantida como propriedade pública. Segundo Anhaia Mello,

[...] ninguém desconhece a imensa valorização que se produz na transformação do terreno rural em urbano. Não é menor a valorização produzida no terreno urbano pelo aumento da população, desenvolvimento do comércio e indústria, realização de obras públicas e grandes reformas urbanas. Essa valorização é caracteristicamente um unearned increment, porque não depende de esforço do proprietário, mas corresponde a trabalho coletivo. Para a coletividade deve, pois, reverter, e o meio mais prático de fazê-lo é conservar a terra como propriedade pública, arrendando os terrenos por prazos longos aos interessados. A importância dessas locações, renovadas a cada cinco ou dez anos, é suficiente para a realização e manutenção dos serviços públicos e para melhoria crescente do standard de vida urbana.¹⁷

Ao finalizar o documento “O Plano Regional de São Paulo”, Anhaia Mello, para legitimar suas proposições, debruça-se sobre um exemplo considerado bem-sucedido – o Plano de Chicago –, produzido por E. Grunsfeld e L. Wirth¹⁸. O Plano Metropolitano de Chicago foi bem-sucedido, segundo Anhaia Mello, principalmente por ter incluído, no quadro de planejamento, a região sobre a qual Chicago exerce uma influência significativa (RIBEIRO e PECHMAN, 1996). Segundo Anhaia Mello, a base do plano é

[...] um sistema moderno e eficiente de transporte para toda a região; transporte ferro, rodo, hidro, aeroviário, transporte rápido de massa e local – tudo integrado. Os veículos circulam por superhighways, depressed ou elevated, menos o lake-shore (sic), que é de superfície – e por onde se escoia a circulação rápida e geral [...] A grande

¹⁷ CARTA de Princípios de Luiz de Anhaia Mello. *O Plano Regional de São Paulo*, 1954, p. 41.

¹⁸ Para RIBEIRO e PECHMAN (1996), o plano urbanístico de Chicago (EUA), elaborado por Grunsfeld e Wirth em 1960, era, segundo Anhaia, um modelo de planejamento adequado e possível para a formulação de um plano regional.

¹⁹ Durante os anos 1920, Robert E. Park (1864-1944) e Ernest W. Burgess (1886-1966) desenvolveram um programa distinto de pesquisa urbana no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Park e Burgess sugeriram que a luta por recursos urbanos escassos, especialmente a terra, levou à competição entre grupos e, finalmente, à divisão do espaço urbano em distintos nichos ecológicos ou “áreas naturais”, em que as pessoas compartilhavam características sociais semelhantes, pois estavam sujeitas às mesmas pressões ecológicas. Assim, a mancha urbana das cidades configura zonas de círculos concêntricos,

fundamentais para explicar a organização espacial das áreas urbanas, principalmente no que diz respeito à existência de problemas sociais, como desemprego e criminalidade, em alguns bairros de Chicago. (BROWN, Nina; PARK, Robert; BURGESS, Ernest. *Urban Ecology Studies*, 1925. Copyright © 2001-2009 by Regents of University of California, Santa Barbara)

²⁰ Segundo LAMAS (2004), Clarence Arthur Perry estabeleceu a escola primária como equipamento central e o delimitador espacial de uma unidade de vizinhança: ela se estenderia, de forma que sua população não ultrapassasse a capacidade de uma escola primária. A unidade de vizinhança é um escalão urbano que se assemelha ao bairro, e é resultado da reunião de várias unidades residenciais. Ela foi idealizada como uma resposta ao crescimento dos grupos secundários (característicos das grandes áreas urbanas), de forma que os grupos primários seriam reforçados, por meio de uma configuração urbana que propiciasse a convivência e os contatos sociais.

²¹ O diagrama da cidade-jardim não deveria ser visto como um projeto de cidade, mas como um modelo referencial. Howard avança no sentido de reforçar a ideia de rede urbana, ou federação de cidades, propondo um modelo de integração regional, no qual as cidades-jardins de 32 mil habitantes ficam em torno de uma cidade central com 58 mil habitantes. (SOUZA, 2000, p. 146)

metrópole será dividida em 70 comunidades locais de vizinhança de 5.000 habitantes cada uma [...], cada comunidade de 50.000 habitantes se constitui de 10 unidades de vizinhança, de 5.000 pessoas cada, com equipamento social completo, o que dá a cada uma autonomia perfeita. (MELLO, 1954, p. 41).

O exemplo do plano urbanístico de Chicago, elaborado por Grunsfeld e Wirth em 1960, é a última referência feita por Anhaia Mello, no documento apresentado como uma conferência, pronunciada em comemoração ao Dia Mundial do Urbanismo, em 8 de novembro de 1954.

Embora o texto de Anhaia Mello faça referência a diversas teorias, de *Le Corbusier a Lewis Mumford*, de *Ernest Burgess*¹⁹, de *E. Howard a Clarence Perry*²⁰, apresenta a tese essencial de que a teoria e a prática do urbanismo repousam na possibilidade de se promover a descongestão das metrópoles modernas. A retração das dimensões urbanas é o foco em torno do qual giram todas as propostas. A convicção de que existe um tamanho ótimo para as cidades sustenta a sua teoria da congestão.

Nesse sentido, Anhaia Mello propõe um patamar de desenvolvimento da cidade em que a região industrial teria um raio de 100 km, uma população de quatro milhões, e área de 30 mil km², incluindo 40 municípios. A intenção da proposta seria que a metrópole ficasse estacionada nesse ciclo. Para tanto, Anhaia Mello investiu suas reflexões na elaboração de mecanismos para conter o crescimento e a velocidade da mudança de metrópole para megalópole. Para alcançar tal objetivo, sua principal tese, no plano intermunicipal, consistia na forte obstrução à instalação de novas indústrias dentro do município da capital. O objetivo último dessa proposta era o de conter dois males: a expansão desordenada dos centros urbanos e o estrangulamento da economia industrial.

CONTENÇÃO E RETRAÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO: A DESCONGESTÃO DA METRÓPOLE

O centro do debate proposto por Anhaia Mello é característico dos anos 1950, nos países tidos como periféricos: a organização e o porte da metrópole dentro do “subdesenvolvimento”.

Para ele, a reversão do ciclo metropolitano, tendo como base teórica as propostas surgidas na Inglaterra do final do século 19, era de fundamental importância. A cidade-jardim, como forma de controlar a expansão de Londres, era um dos parâmetros utilizados por Anhaia Mello, em suas reflexões sobre o crescimento urbano desordenado. Ao propor a “federação de pequenas cidades”²¹, critica a concentração urbana representada pelas megalópoles e mergulha de forma eloquente na resposta apresentada por E. Howard, no livro *Garden Cities of Tomorrow*.

Howard propunha, em seu livro, a aquisição de uma gleba de seis mil acres, em distrito agrícola, para ser conservada sob propriedade única. Uma pequena parcela da área seria destinada a construções, enquanto o restante constituiria um cinturão permanente de parques e sítios. A cidade deveria

possuir, em sua área, indústrias suficientes para proporcionar emprego aos seus habitantes, estabelecendo-se um limite para a população total. A proposta de Howard se concretiza com a construção da cidade de *Letchworth*, a primeira cidade-jardim inglesa, estabelecida em 1903, a 32 milhas de Londres. As cidades-jardins inglesas exerceram grande influência sobre o planejamento das áreas residenciais suburbanas de alto padrão e das comunidades suburbanas dos Estados Unidos.

Por estar mais preocupada com a estrutura e a concepção de uma sociedade, a cidade-jardim de Howard ainda não é uma cidade propriamente dita, mas uma estrutura que, como ele afirma, deverá ter sua forma estudada por arquitetos. Ela a projetava: radiocêntrica, com a presença de um parque central, de avenidas e bulevares fartamente arborizados, edifícios públicos, mercado central, habitação unifamiliar – sendo que as condições higiênicas deveriam ser controladas pela municipalidade –, com tipologia arquitetônica variada (algumas casas seriam providas de jardins comuns e cozinhas cooperativas) e localização próxima ao local de trabalho dos moradores. A proposta de cidade-jardim de Howard apontava, ainda, três aspectos importantes: a questão fundiária, o papel das ferrovias e o desenho da cidade.

Anhaia Mello fazia uma leitura do espaço urbano paulistano como aquele que estava prestes a chegar a um esgotamento estrutural e econômico de sua capacidade de se adaptar às novas demandas impostas pelo crescimento desenfreado da cidade. Para ele, não havia plano de obras capaz de atualizar e habilitar a cidade para responder às novas demandas. É por esse motivo que elege os problemas de escassez de energia e água, já enfrentados por São Paulo na década de 1950, como as justificativas para uma descentralização industrial.

Expansão e congestão, além de fenômenos intimamente relacionados, são também fenômenos desejados pela economia capitalista metropolitana, reforçava Anhaia Mello. O desenvolvimento e o expansionismo – movimentos da esfera econômico-industrial – são características indissociáveis do processo de metropolização. Deter o crescimento urbano, controlar suas fontes de expansão são opções quase sempre contraditórias e motivo de conflitos com as mais diversas forças econômicas. Em um cenário em que o modelo econômico se baseia na reprodução permanente do capital, a malha urbana será alvo de investidas de reproduções na esfera físico-espacial.

Anhaia Mello pensava ser possível estancar o ciclo de reprodução, de fixar patamares passíveis de controle. Suas recomendações apontam para uma São Paulo metropolitana, que nega sua própria essência: a de ser a maior metrópole da América Latina.

No entanto as contradições entre o pensamento expresso por Anhaia Mello e o contexto vivido pelo país são extremamente evidentes. Enquanto “O Plano Regional de São Paulo” propunha estancar o crescimento, o País vivia a euforia do desenvolvimentismo dos anos 1950.

O eixo central da proposta de Anhaia Mello para contenção do ciclo de crescimento anárquico é o planejamento orgânico, fundamentado na limitação forçada por fatos exteriores: o regionalismo e a polinucleação, conforme já citamos anteriormente. O caso paulistano, segundo Anhaia Mello, poderia ser tratado de forma enérgica em suas questões mais importantes: congestão,

deterioração das áreas centrais e desequilíbrio entre metrópole e campo. A ação mais apropriada para atingir o objetivo de solucionar o problema metropolitano paulista, segundo seu ponto de vista, seria a inserção da metrópole no contexto regional, estabelecendo com clareza seus limites e minimizando a centralidade asfixiante, por meio da polinucleação fundada na unidade de vizinhança.

A sustentação dessa proposta é conseguida por Anhaia Mello por meio da fundamentação teórica, como afirmamos na seção anterior, obtida de diversos urbanistas. A unidade de vizinhança é apresentada e fundamentada utilizando os pressupostos teóricos de Ebenezer Howard (1850-1928), que propunha um rompimento com o presente, para que o futuro tivesse como parâmetro a qualidade urbana do passado. De Le Corbusier (1887-1964), Anhaia Mello recupera o discurso de que o rompimento com o presente significava um mergulho confiante no futuro. Mesmo distintos, os trechos dos dois autores são utilizados para legitimar sua proposta: uma cidade diferenciada, cujo arquétipo físico viria do passado (Howard) e, ao mesmo tempo, universal, onde a técnica moderna se associava a um novo discurso estético (Le Corbusier).

Fica claro, portanto, que Anhaia Mello se fixa ao conceito de modernidade do culturalista Choay (1965), que afirmava ser a grande cidade do século 20 anacrônica, porque ela não é a contemporânea verdadeira nem do automóvel nem das telas de Mondrian. (CHOAY, 1965, p. 33).

O referencial utilizado por Anhaia Mello revela uma tentativa de alcançar o que ele denomina de equilíbrio social por meio da organização da metrópole. Para ele, era fundamental a descentralização da indústria no Brasil, para que o equilíbrio social e metropolitano fosse atingido. A descentralização proporcionaria melhor proteção ao parque industrial, descongestionamento das metrópoles e suavização das agitações sociais. No entanto o que merece destaque em seu pensamento é a convicção de que o descongestionamento urbano promove a “paz social”. Nesse sentido, descentralizar a indústria suavizaria as agitações sociais, na medida em que removeria a área de transição ou deterioração urbana e humana que comprometem o centro urbano.

O modelo proposto pela Escola de Chicago, constantemente citado por Anhaia Mello, também influenciou sobremaneira seu pensamento e suas propostas. Ele acreditava que a substituição da megalópole pela federação de pequenas cidades golpearia mortalmente as zonas de transição e deterioração. Anhaia Mello, de forma superficial, denominava de *black belts* estas zonas, e afirmava que o cortiço, produto de processos ecológicos e sociais, seria a criação típica do metropolitanismo.

Se, por um lado, a Escola de Chicago fornecia o instrumental teórico para analisar a falência do modelo expansionista metropolitano, por outro, Le Corbusier fornecia um conjunto de regras para harmonizar a vida urbana e regional. O “Código de Ocupação Lícita do Solo” – que dará origem ao denominado “O Plano Regional de São Paulo” -, é fisgado em grande parte das regras contidas em *Propôs D’Urbanisme*²²: sol, espaço, verde, reabsorção das periferias, baixas taxas de ocupação e limitação de densidades.

²² LE CORBUSIER, Charles Edouard Jeanneret Gris. “*Propôs D’Urbanisme*”. Barcelona: Poseidon, 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reversão do ciclo metropolitano em que se encontrava o adensamento urbano paulistano na década de 1950, proposto por Anhaia Mello em seu “O Plano Regional para São Paulo”, passava pela proposta de contenção e retração do crescimento urbano. A contenção e a retração, por sua vez, passavam necessariamente pela “fixação” ou “congelamento” das grandes cidades, pois não existia mais espaço disponível, nem esperança de abastecimento, de despejo, de energia, de habitações, nos espaços que ocupavam.

O acelerado processo de urbanização pelo qual o Brasil estava passando, para Anhaia Mello, colocava como fundamental a reversão do ciclo metropolitano, por meio da utilização da concepção teórica da cidade-jardim - assim como fora utilizado em Londres -, como forma de controlar a expansão metropolitana desenfreada. Anhaia Mello defendia que a formação de uma federação de pequenas cidades seria o contraponto às megalópoles e à concentração, concepções centrais apresentadas por E. Howard no livro *Garden Cities of Tomorrow*.

Anhaia Mello declarava-se favorável ao incentivo de estabelecimentos industriais em outros municípios, desde que devidamente preparados. No entanto apresenta uma observação aos resultados que esse processo poderia provocar, pois, segundo ele, “*os males da capital, que constituem objeção à presença de indústrias, frequentemente se reproduziriam no interior. A maioria das cidades do Estado também não tem energia, não tem água, não tem despejos.*”²³

A ideia, preconizada por Anhaia Mello, de que só é possível um Plano Diretor mediante a fixação da população é motivo de nítida divergência entre os urbanistas, pois sua proposta pressupunha um conjunto de normas estáticas, que pudessem romper com o dinamismo econômico que conduzia para a, provável, ocupação ilícita do solo.

Não podemos deixar de destacar que o “Esquema Anhaia Mello”, cristalizado em “O Plano Regional de São Paulo”, almejou, acima de tudo, a elaboração de um Código de Uso Lícito do Solo. Aqui reside sua mais significativa contribuição ao Urbanismo paulistano: um controle das formas de exploração, da contenção e da especulação do solo urbano. Anhaia Mello pensava ser possível estancar o ciclo de reprodução permanente do capital imobiliário especulativo, com a fixação de controles. A congestão e a descongestão são, para Anhaia Mello, fenômenos exclusivamente físicos, seus significados, dentro do sistema econômico, social e político do país, não são tratados.

REFERÊNCIAS

Livros

- BADRA JUNIOR, Miguel. *Notas a teoria da arquitetura*. São Paulo: Anhembi, 1959.
- BURGESS, Ernest; BOGUE, Donald J. (Eds). *Contributions to Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1964. 673 p.
- CANO, Wilson. Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no Estado de São Paulo. In: *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo*. São Paulo: SEADE. p. 107-31. (Coleção Economia Paulista, v. 1, 1).
- GUIMARÃES, Gonçalo. *Uma cidade para todos*. O plano diretor do município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro: Forense, 1997. 272 p.
- HOWARD, Ebenezer, Sir. *Cidades-jardins de amanhã*. Tradução de Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 1996. 211 p.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3. ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004. 590 p.
- LE CORBUSIER, Charles Edouard Jeanneret Gris. *Propôs D'Urbanisme*. Barcelona: Poseidon, 1980. 157 p.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuições à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 195 p.
- MUNFORD, Lewis. *The city in history*. London: Penguin Books, 1961. Disponível em <<http://library.monmouth.edu>> Acesso em 03 de março de 2011.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 454 p.
- SELINGARD-SAMPAIO, Sílvia. *Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005*. Campinas: Editora Alínea, 2009. 482 p.

Dissertação de mestrado

- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. "A Peste e o Plano. O urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito". 1992. 2 v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 1992.

Trabalhos apresentados em eventos

- GAMA, R. Preservação e memória ferroviária, reciclagem e restauração. In: Instituto Ferroviário de Estudos Avançados, n. 2. **Anais...** São Paulo: Editora IPEA, 1988. p. 153 – 157.
- LAMPARELI, Celso. O Pe. Lebrecht: continuidades, rupturas e sobreposições (Conferência). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 3., 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAUUSP, 1994, mimeo.
- MELLO, Luiz Ignácio de Anhaia. Sociedade Amigos da Cidade. Conferência realizada no Instituto de Engenharia, s/d, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAUUSP, s/d.

Artigos em revista

- PERRY, Clarence Arthur. Neighborhood and community planning. In: *Regional Plan of New York and its Environs*. New York, volume VII, 1929.
- SOUZA, Célia Ferraz de. A cidade-jardim: entre o discurso e a imagem – uma reflexão sobre o urbanismo de Porto Alegre. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 14, p. 149, dez. 2000.
- SILVEIRA, Antenor. A habitação econômica na higiene pessoal. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (RAM)*, São Paulo, n. 307, p. 16, 1941.
- Acervo Família Anhaia Mello – FAUUSP
- MELLO, Luiz I. de Anhaia. *Introdução ao estudo da estética*. São Paulo: FAUUSP, 1926.
- . *O Plano Regional de São Paulo - uma contribuição da Universidade para o estudo de um código de ocupação lícita do solo*. São Paulo: FAUUSP, 1954. 54p. mimeo.

MELLO, Luiz I. de Anhaia.. *Elementos para o planejamento territorial dos municípios*. São Paulo: Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, FAUUSP, 1957. 36 p.

Documentos

ANUÁRIO da Escola Politécnica de São Paulo. *Dr. Luiz de Anhaia Mello*. Anuário da Escola Politécnica. São Paulo, 1900, p. 379-380.

CARTA DE ATENAS. Disponível em <[http:// www.icomos.org.br](http://www.icomos.org.br)> pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Acesso em 02 de março de 2011.

CARTA de Princípios de Luiz de Anhaia Mello. In: MELLO, Luiz Ignácio de Anhaia. *O Plano Regional de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 1954. p. 10.

CENSO DEMOGRÁFICO de 1950, IBGE. *Tabela extraída do Plano Regional de Anhaia Mello. s.L.:* Serviço Nacional de Recenseamento: 1954, p.12.

Lei , Atos e Decretos

SÃO PAULO (Estado). Código de Obras Arthur Saboya de 1929, Lei nº 3.427. Revisado e consolidado pelo Ato nº 663 de 10 de agosto de 1934. p. 3-4. **Lex:** aprova a Consolidação do Código de Arthur Sabóia (Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929), abrangendo todas as disposições constantes de Leis e Atos, em vigor nesta data, referentes a construções, arruamentos etc.

SÃO PAULO (Estado). Ato nº 25, de 23 de setembro de 1930, p. 14. **Lex:** introduziu algumas modificações no código Arthur Saboya (Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929), como a determinação de aproveitamento da área de terrenos, com o objetivo de limitar o adensamento na ocupação do solo urbano.

SÃO PAULO (Estado). Ato nº 32, de 27 de dezembro de 1930, p. 10. **Lex:** instituiu a Comissão Municipal de Serviços de Utilidade Pública, incumbida da fiscalização das empresas concessionárias dos serviços de telefone, luz, força e transporte.

SÃO PAULO (estado). Ato nº 129, de 21 de março de 1931, p. 6. **Lex:** isenta de Impostos os bens e serviços da União, Estados e Municípios, Exceto as Taxas Remuneratórias e Os Emolumentos em Geral, e da Outras Providencias.

SÃO PAULO (estado). Lei nº 2.611, de 20 de junho de 1923, p. 5. **Lex:** proíbe a abertura de vias de comunicação, em qualquer perímetro do município, sem prévia licença da Prefeitura.

Nota do Editor

Data de submissão: Janeiro 2012

Aprovação: Julho 2012

Rodrigo Alberto Toledo

Graduado em Ciências Sociais, Licenciatura e Bacharelado, especialista em Gestão Pública e Gerência de Cidades, mestre em Sociologia e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Estado de São Paulo com período sanduíche na Universidad de Salamanca (Usal). É aluno bolsista Capes junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, curso de doutoramento, da Unesp-FCLAr.

Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1
14800-901 – Araraquara, SP, Brasil
(16) 3114-1757
(cel.) 16-9793-8338
ro-toledo@hotmail.com.br